



CENTRO ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA

Relatório e Contas 2019



J. L. P.
V. H. O.
S.
2019

BALANÇO EM 31/12/2019

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2019	31-12-2018
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	27.649,56	32.794,06
Investimentos Financeiros	8	11.259,11	8.460,81
Sub-Total		38.908,67	41.254,87
Activo corrente			
Inventários	9	5.577,79	5.355,27
Créditos a receber	10	12.221,99	11.085,09
Estado e outros entes públicos	11	3.851,49	5.680,05
Outros ativos correntes	12	8.046,33	2.198,53
Caixa e depósitos bancários	5	122.767,01	152.643,24
Sub-Total		152.464,61	176.962,18
Total do activo		191.373,28	218.217,05
Fundo Patrimoniais e passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13	38.507,20	38.507,20
Outros instrumentos de capital próprio	13	140.440,15	140.440,15
Resultados transitados	13	-104.175,93	-61.858,99
Sub-Total		74.771,42	117.088,36
Resultado líquido do período	13	-35.356,69	-42.316,94
Total do fundo patrimonial		39.414,73	74.771,42
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	14	28.152,59	23.592,07
Estado e outros entes públicos	15	28.825,30	27.775,04
Outros passivos correntes	16	94.980,66	92.078,52
Total do passivo		151.958,55	143.445,63
Total do fundo social e do passivo		191.373,28	218.217,05



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rúbricas	Notas	Período	
		31-12-2019	31-12-2018
Vendas e serviços prestados	17	465.894,64	473.877,00
Subsídios, doações e legados à exploração	18	458.965,23	405.026,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-139.632,61	-121.757,36
Fornecimentos e serviços externos	19	-143.889,64	-146.669,89
Gastos com o pessoal	20	-670.548,34	-643.982,30
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-1.485,16
Outros rendimentos	21	54,51	288,94
Outros gastos	22	-468,04	-1.186,61
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-29.624,25	-35.888,79
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	-5.732,44	-6.428,15
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-35.356,69	-42.316,94
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-35.356,69	-42.316,94
Resultado líquido do período		-35.356,69	-42.316,94



Handwritten signature and initials in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	Período	
		31-12-2019	31-12-2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		466.808,02	491.915,57
Recebimentos de subsídios, doações e legados á exploração		458.965,23	405.026,59
Pagamentos a fornecedores		-269.947,25	-257.267,09
Pagamentos ao pessoal		-536.325,25	-527.652,22
Caixa gerada pelas operações		119.500,75	112.022,85
Outros recebimentos / pagamentos		-145.990,74	-155.320,79
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-26.489,99	-43.297,94
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Activos fixos tangíveis		-587,94	-12.490,00
Investimentos financeiros		-2.798,30	-2.592,15
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)		-3.386,24	-15.082,15
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-29.876,23	-58.380,09
Caixa e seus equivalentes no inicio do período		152.643,24	211.023,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período		122.767,01	152.643,24



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2018

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Outros instrumentos capital próprio	Resultados transitados	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2017	1	38.507,20	140.440,15	-16.437,50	-45.421,49	117.088,36
Alterações no período						
Aplicação do resultado de 2017	16			-45.421,49	45.421,49	
Sub - total	2			-45.421,49	45.421,49	
Resultado líquido do período de 2018	3				-42.316,94	-42.316,94
Posição no fim do período de 2018	6=1+2+3+5	38.507,20	140.440,15	-61.858,99	-42.316,94	74.771,42

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2019

Descrição	Notas	Fundo Patrimonial	Outros instrumentos capital próprio	Resultados transitados	Resultado Líquido do período	Total
Posição em 31 de Dezembro de 2018	1	38.507,20	140.440,15	-61.858,99	-42.316,94	74.771,42
Alterações no período						
Aplicação do resultado de 2018	16			-42.316,94	42.316,94	
Sub - total	2			-42.316,94	42.316,94	
Resultado líquido do período	3				-35.356,69	-35.356,69
Posição no fim do período de 2019	6=1+2+3+5	38.507,20	140.440,15	-104.175,93	-35.356,69	39.414,73

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS**

Rendimentos e Gastos	Centro Dia	Apoio Domiciliário	Lar	Creche	Jardim	A T L	Períodos	
							31-12-2019	31-12-2018
Vendas e serviços prestados	19.716,19	49.375,11	335.880,08	16.686,24	17.010,01	27.227,01	465.894,64	473.877,00
Subsídios, doações e legados à exploração	16.199,30	84.535,89	200.188,63	82.977,80	58.254,00	16.809,61	458.965,23	405.026,59
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-10.936,33	-24.561,93	-56.254,14	-11.717,70	-11.240,46	-24.922,05	-139.632,61	-121.757,36
Fornecimentos e serviços externos	-26.869,63	-20.036,55	-66.440,81	-11.140,15	-11.238,76	-8.163,74	-143.889,64	-146.669,89
Gastos com o pessoal	-26.648,96	-115.141,48	-360.124,23	-81.748,71	-57.628,31	-29.256,65	-670.548,34	-643.982,30
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)								-1.485,16
Outros rendimentos	3,02	2,95	48,54				54,51	288,94
Outros gastos	-33,71	-60,88	-305,82	-22,53	-22,53	-22,57	-468,04	-1.186,61
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-28.570,12	-25.886,89	52.992,25	-4.965,05	-4.866,05	-18.328,39	-29.624,25	-35.888,79
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-820,84	-1.637,20	-818,60	-818,60	-818,60	-818,60	-5.732,44	-6.428,15
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-29.390,96	-27.524,09	52.173,65	-5.783,65	-5.684,65	-19.146,99	-35.356,69	-42.316,94
Juros e gastos similares suportados								
Resultado antes de impostos	-29.390,96	-27.524,09	52.173,65	-5.783,65	-5.684,65	-19.146,99	-35.356,69	-42.316,94
Resultado líquido do período	-29.390,96	-27.524,09	52.173,65	-5.783,65	-5.684,65	-19.146,99	-35.356,69	-42.316,94



Relatório da Direção

Reunida a Direção do Centro Assistência Paroquial de Caria, procedeu-se à análise das contas referentes ao exercício findo.

É da nossa responsabilidade a apresentação das demonstrações financeiras e que estas representem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição e o resultado das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para este tipo de entidades, aplicados de forma consistente entre os exercícios, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

O relatório da direção e planos de atividade é apresentado em documento autónomo.

As contas que apresentamos neste documento foram elaboradas pelo Contabilista Certificado, com base nos elementos disponibilizados pelos serviços da Instituição.

De referir:

1. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício não existiram factos dignos de relato.

2. Proposta de aplicação de resultados

A Direção propõe ao Conselho Geral que os resultados líquidos negativos no montante de 35.356,69 euros sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

3. Dívidas ao Estado

A Instituição não tem dívidas em mora para com a Segurança Social, nem para com as Finanças.

4. Agradecimentos

Gostaríamos ainda de deixar uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras, que em 2019 contribuíram para o desempenho e desenvolvimento da Instituição.

Covilhã, 21 de junho de 2020

A Direção,

RELATÓRIO E CONTAS 2018



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da empresa: Centro Assistência Paroquial de Caria com o número de identificação de pessoa coletiva 501 636 633.

Sede: Urbanização Cerca do Conde, Rua do Lar, 6250-111 Caria.

Natureza da atividade

O Centro Assistência Paroquial de Caria é uma entidade sem fins lucrativos, foi constituída em 1986. O fundo patrimonial da instituição é de 38.507,20 euros. Tem por atividade principal o apoio social sem alojamento a que corresponde e CAE 88990.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho republicado pelo decreto lei 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O sistema de normalização é composto por:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF);
- Modelos de demonstrações financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) - Aviso n.º 8256/2015, de 16 de julho
- Normas interpretativas (NI).

3 Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

A Instituição adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro “NCRF” pela primeira vez em 2012 aplicando para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição foi 1 de janeiro de 2012, e a Instituição preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3. oram preparadas e aprovadas, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



[Handwritten signatures]

4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

4.1 Bases de apresentação

4.1.1 Continuidade

A Direção procedeu à avaliação da capacidade de a Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas respetivas contas das rubricas "*Outros ativos correntes e Outros passivos correntes*".

4.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

4.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



[Handwritten signatures and initials]

4.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- I. A natureza da reclassificação;
- II. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- III. Razão para a reclassificação.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1. Ativos fixos tangíveis

As reintegrações do exercício foram determinadas de acordo as taxas fixadas para este tipo de entidades.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.2.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos



[Handwritten signatures and initials]

resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.2.3. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

4.2.4. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos “*Instrumentos Financeiros*” com exceção:

- I. Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- II. Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - i. Alterações no risco segurado;
 - ii. Alterações na taxa de câmbio;
 - iii. Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - iv. Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - (i) Alterações no preço do bem locado;
 - (ii) Alterações na taxa de câmbio;
 - (iii) Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.5. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições da sua atribuição e de que estes irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. O reconhecimento no capital próprio gera o reconhecimento de passivos relativos ao imposto a pagar correspondentes a esses subsídios.



4.2.6. R dito

O rédito   mensurado pelo justo valor da contrapresta o recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devolu es, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da presta o de serviços   reconhecido com base na percentagem de acabamento da transa o/serviço, desde que todas as seguintes condi es sejam satisfeitas:

- I. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- II.   provável que benefícios econ micos futuros associados   transa o fluam para a Empresa;
- III. Os custos incorridos ou a incorrer com a transa o podem ser mensurados com fiabilidade;
- IV. A fase de acabamento da transa o/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

4.2.7. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na prepara o das demonstra es financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência   data de relato com base no melhor conhecimento existente   data de aprova o das demonstra es financeiras dos eventos e transa es em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situa es em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis   data de aprova o das demonstra es financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As altera es às estimativas que ocorram posteriormente   data das demonstra es financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transa es em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na prepara o das demonstra es financeiras anexas foram os seguintes:

- I. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- II. Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- III. Registo de ajustamentos aos valores dos ativos (Clientes e Outros Créditos a receber);
- IV. Determina o do justo valor de ativos fixos tangíveis;
- V. Apuramentos dos subsídios   explora o e ao investimento a receber ou a restituir.

4.2.8. Especializa o de exercícios

A Institui o regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especializa o de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos   medida que são ger dos, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.



4.2.9. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. Caixa e seus equivalentes em 31/12/2019 e em 31/12/2018 detalha-se conforme se segue:

Descrição	Conta	Período	
		31-12-2019	31-12-2018
Caixa	11	72,24	13,47
Depósitos à ordem	12	122.694,77	152.629,77
Total		122.767,01	152.643,24

6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não se verificaram alterações dignas de registo.

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	2019					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos						
Saldo inicial	193.679,42	95.647,53	76.004,09	4.470,14	2.429,25	372.230,43
Aquisições		587,94				587,94
Saldo final	193.679,42	96.235,47	76.004,09	4.470,14	2.429,25	372.818,37
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	179.250,43	78.413,07	76.004,09	3.812,31	1.956,47	339.436,37
Depreciações exercício	1.892,21	3.173,72		320,60	345,91	5.732,44
Saldo final	181.142,64	81.586,79	76.004,09	4.132,91	2.302,38	345.168,81
Ativo líquido	12.536,78	14.648,68		337,23	126,87	27.649,56



[Handwritten signatures and initials]

Descrição	2018					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativos						
Saldo inicial	193.679,42	83.409,13	76.004,09	4.470,14	7.616,74	365.179,52
Aquisições		12.238,40			-5.187,49	7.050,91
Saldo final	193.679,42	95.647,53	76.004,09	4.470,14	2.429,25	372.230,43
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	177.358,22	74.720,48	76.004,09	3.491,71	1.721,80	333.296,30
Depreciações exercício	1.892,21	3.692,59		320,60	234,67	6.140,07
Saldo final	179.250,43	78.413,07	76.004,09	3.812,31	1.956,47	339.436,37
Ativo líquido	14.428,99	17.234,46		657,83	472,78	32.794,06

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, referidas no ponto 4.2.1.

8 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 o movimento ocorrido na rubrica "Investimentos Financeiros", foi o seguinte:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Fundos compensação trabalho	8.460,81	8.189,41
Fundo reestruturação sector solidário	2.798,30	271,40
Saldo final	11.259,11	8.460,81

9 INVENTÁRIOS

Em 31/12/2019 e 31/12/2018, a rubrica de inventários respeitante a matérias primas, subsidiárias e de consumo é detalhada como se segue:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Saldo inicial	5.355,27	2.789,98
Compras	139.855,13	124.322,65
Saldo final	5.577,79	5.355,27
Gasto no exercício	139.632,61	121.757,36

10 CRÉDITOS A RECEBER

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 a rubrica "Créditos a receber" apresentava um saldo de 12.221,99 euros e 11.085,09 euros, respetivamente, respeitante a dívidas de utentes.



[Handwritten signatures and initials]

11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava um saldo de 3.851,49 euros e 5.680,05 euros, respetivamente, que corresponde às restituições de IVA relativas a 50% do IVA suportado em aquisições de géneros alimentares.

12 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018 a rubrica “Outros créditos a receber” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Outras contas a receber	8.046,33	2.198,53
Total	8.046,33	2.198,53

13 FUNDO PATRIMONIAL

Fundos

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 os fundos próprios da Instituição eram de 38.507,20 correspondendo á diferença entre o ativo e o passivo aquando da obrigatoriedade de contabilidade organizada em 1989.

Resultados transitados

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018, os movimentos na rubrica “Resultados Transitados” foram os seguintes:

31-12-2018	Regularizações	Aplicação R.L. exercício anterior	31-12-2019
-61.858,99		-42.316,94	-104.175,93
-61.858,99		-42.316,94	-104.175,93

31-12-2017	Regularizações	Aplicação R.L. exercício anterior	31-12-2018
-16.437,50		-45.421,49	-61.858,99
-16.437,50		-45.421,49	-61.858,99



[Handwritten signatures and initials]

14 FORNECEDORES

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Fornecedores a pagar” apresentava um saldo de 28.152,59 euros e 23.592,07 euros respetivamente.

15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Retenções imposto sobre o rendimento	2.887,75	2.934,00
Imposto sobre valor acrescentado	1.070,47	917,89
Outras tributações (FCT/FGCT)	256,06	236,48
Contribuições para a segurança social	24.611,02	23.686,67
Total	28.825,30	27.775,04

16 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Outros passivos correntes” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período	
	31-12-2019	31-12-2018
Pessoal		595,85
Credores por acréscimo de gastos - remunerações	94.980,66	91.482,67
Credores por acréscimo de gastos - outros		
Total	94.980,66	92.078,52

17 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variações
	31-12-2019	31-12-2018	
Vendas			
Produtos higiene pessoal(produtos incontinência)	16.436,70		-
Prestações serviços			
Mensalidades / Matriculas	427.335,87	451.874,01	-5,43%
Comparticipações utentes	21.570,07	21.186,99	1,81%
Quotas / joias	552,00	816,00	-32,35%
Total	465.894,64	473.877,00	-1,68%



18 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Subsídios à exploração” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variações
	31-12-2019	31-12-2018	
Subsídios,doações e legados à exploração			
ISS_IP - Acordos cooperação	443.760,07	389.414,56	13,96%
Autarquias	11.653,95	9.791,00	19,03%
IEFP		43,18	-100,00%
Doações	3.551,21	5.777,85	-38,54%
Total	458.965,23	405.026,59	13,32%

19 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Período		Variações
	31-12-2019	31-12-2018	
Trabalhos especializados	14.302,12	12.424,89	-15,11%
Honorários	16.326,00	17.407,62	6,21%
Conservação e reparação	13.849,29	9.826,76	-40,93%
Serviços bancários	78,86	8,32	-847,84%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	2.399,14	2.765,73	13,25%
Material escritório	1.359,12	1.253,84	-8,40%
Artigos para oferta	30,00	85,00	64,71%
Material didático	783,02	740,96	-5,68%
Outros materiais		297,82	100,00%
Eletricidade	7.945,07	8.729,34	8,98%
Combustíveis	3.644,94	3.760,89	3,08%
Água	178,07	452,87	60,68%
Gás	22.098,49	22.870,33	3,37%
Gasóleo aquecimento	18.393,00	20.234,70	9,10%
Deslocações e estadas	69,10	12,24	-464,54%
Rendas e alugueres	440,88	1.189,26	62,93%
Comunicação	2.192,80	2.459,70	10,85%
Seguros	1.403,71	3.024,87	53,59%
Contencioso e notariado	125,00		
Limpeza, higiene e conforto	33.518,31	32.876,62	-1,95%
Outros Serviços	4.752,72	6.248,13	23,93%
Total	143.889,64	146.669,89	1,90%



20 GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a Instituição manteve o número médio de funcionários, 62 e a rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variações
	31-12-2019	31-12-2018	
Remunerações do pessoal	540.408,93	521.042,44	-3,72%
Encargos sobre remunerações	120.641,76	116.317,77	-3,72%
Seguros acidentes trabalho	5.484,92	4.469,21	-22,73%
Outros gastos com o pessoal	4.012,73	2.152,88	-86,39%
Total	670.548,34	643.982,30	-4,13%

21 OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Outros rendimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variações
	31-12-2019	31-12-2018	
Outros rendimentos	54,51	288,94	-81,13%
Total	54,51	288,94	-81,13%

22 OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variações
	31-12-2019	31-12-2018	
Impostos indiretos	252,41	248,78	1,46%
Outros encargos	207,24	937,83	-77,90%
Juros mora	8,39		
Total	468,04	1.186,61	-60,56%

23 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e em 31/12/2018, a rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” apresentava a seguinte decomposição:

Rúbrica	Período		Variação
	31-12-2019	31-12-2018	
Ativos fixos tangíveis (nota 6)	5.732,44	6.428,15	-10,82%
Total	5.732,44	6.428,15	-10,82%



24 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

25 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

O alastrar mundial da epidemia do vírus Covid-19, e do impacto das medidas de contenção entretanto tomadas pelas diversas autoridades, fazem antecipar uma degradação acentuada do perfil do crescimento económico em 2020.






A propagação do surto Covid-19, obrigou ao encerramento das creches, jardins de infância e pré-escolar, que irá provocar um efeito negativo na atividade desenvolvida. A escala, dimensão e duração do atual momento de incerteza, torna difícil avaliar a dimensão dos seus impactos diretos e indiretos, e, como tal, estimar, à data de hoje, o seu valor.

No entanto e tendo em conta a atividade a desenvolver em 2020, é expetativa da direção que os impactos terão efeitos muito significativos. No entanto, dada a incerteza, a direção não está em condições de fornecer informação económica e financeira exata, sobre o impacto da pandemia nos gastos e rendimentos da Instituição.

Considerando os desenvolvimentos recentes, existe ainda muito incerteza sobre o futuro desenvolvimento da situação. Nesta data podemos a direção informa que não existem indicadores de que as atividades da empresa venham a ser interrompidas, e por isso, entendem que não está em causa a continuidade da Instituição.

26 DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PELA DIREÇÃO

A Direção aprovou as demonstrações financeiras em 2020 /06/21

Contabilista certificado	Presidente	Vice Presidente	Secretário	Tesoureiro
 Jose Damasceno Inscrito na OCC sob o n.º 1589	 Vítor Manuel Mendes Alves	 José Manuel Monteiro Alves	 José Garcia de Matos	 Jorge Manuel Porfírio Gomes



Parecer do conselho fiscal

Em conformidade com o disposto na alínea c) do artigo 26º dos Estatutos e no cumprimento do mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal do Centro de Assistência Paroquial de Caria, submeter à vossa apreciação o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

Ao longo do período em apreço, acompanhámos a atividade da Instituição. Da análise dos elementos contabilísticos da Instituição, de informações recebidas da área institucional e das reuniões com a vogal da Direção mandatada para o efeito, constatámos o bom cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor.

PARECER

Somos de parecer que o Relatório e Contas da Direção respeitante ao exercício findo e as demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Centro de Assistência Paroquial de Caria em 31 de dezembro de 2019.

Assim e após a análise de todas as peças, com que concordamos, propõe o Conselho Fiscal:

1. Que seja aprovado o Relatório e as Contas do Centro de Assistência Paroquial de Caria, referentes ao exercício de 2019.
2. Que se manifeste o reconhecimento a todos os colaboradores que contribuíram para o progresso da Instituição.
3. Concordar com a proposta apresentada pela Direção no sentido de proceder à transferência das Reservas escrituradas em conta própria, para a conta de Resultados Transitados no sentido de cobrir prejuízos anteriores.

Caria, 22 de junho de 2020

O Presidente

O Secretário

O Vogal